



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E**

**ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

**22 de maio de 2016**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

**Chico Buarque e a era da grosseria online**

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de  
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última  
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo  
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele  
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que  
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o  
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar  
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,  
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias  
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa  
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos  
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros  
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.  
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar  
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.  
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi  
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não  
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.  
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente  
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando  
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei  
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu  
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a  
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do  
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre  
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e  
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,  
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a  
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características  
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
  - (B) compartilha da opinião dos agressores.
  - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
  - (D) se considera uma pessoa grosseira.
  - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
  - (B) estrangeiros.
  - (C) desbravadores.
  - (D) invasores.
  - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
  - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
  - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
  - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
  - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
  - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
  - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
  - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
  - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
  - (B) ao emprego do discurso direto.
  - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
  - (D) à introdução de uma citação.
  - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
  - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
  - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
  - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
  - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.  
(B) mas.  
(C) e.  
(D) senão.  
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.  
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.  
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.  
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.  
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).  
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).  
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).  
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).  
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

**LEGISLAÇÃO**

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.  
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.  
(C) transferência, ascensão e redistribuição.  
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.  
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
  - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
  - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
  - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
  - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
  - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
  - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
  - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
  - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
  - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
  - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
  - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
  - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
  - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
  - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
  - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
  - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
  - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
  - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
  - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
  - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
  - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
  - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
  - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
  - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A realização de ações de vigilância nos ambientes e processos de trabalho, compreendendo a identificação das situações de risco e a tomada de medidas pertinentes para a resolução da situação e a investigação epidemiológica é uma das exigências da
- (A) Norma Regulamentadora 1 em conjunto com a Norma Regulamentadora 5.
  - (B) Norma Operacional de Saúde do Trabalhador.
  - (C) norma estabelecida por cada empresa.
  - (D) avaliação de insalubridade.
  - (E) análise do nexo técnico epidemiológico previdenciário.
- 22 Em caso da presença de riscos graves e iminentes, no ambiente de trabalho, a empresa poderá sofrer interdição ou embargo, por parte dos órgãos fiscalizadores, sendo que
- (A) no embargo haverá paralisação parcial da obra em horário diurno.
  - (B) a paralisação ocorrerá somente em horário de trabalho noturno.
  - (C) na interdição haverá paralisação total ou parcial do estabelecimento.
  - (D) na interdição a paralisação será total, independente do grau de risco.
  - (E) tanto no embargo como na interdição não haverá paralisação, apenas advertência por parte dos fiscalizadores.
- 23 A análise e o registro em documentos específicos de todos os acidentes ocorridos na empresa ou estabelecimento, com ou sem vítima, e todos os casos de doenças ocupacionais devem ser mantidos nos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) por um período não inferior a
- (A) 20 anos.
  - (B) 15 anos.
  - (C) 10 anos.
  - (D) 5 anos.
  - (E) 3 anos.
- 24 A prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador é o objetivo
- (A) dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).
  - (B) da Comissão Interna de Prevenção de acidentes (CIPA).
  - (C) do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
  - (D) da Análise Ergonômica do Trabalho (AET).
  - (E) do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
- 25 O equipamento conjugado de proteção individual deve ser usado sempre que
- (A) houver riscos ergonômicos ainda não avaliados.
  - (B) existirem riscos que ocorram simultaneamente.
  - (C) os riscos estejam acima dos limites de tolerância.
  - (D) o trabalhador ficar exposto mais de quatro horas a um determinado risco.
  - (E) o equipamento de proteção individual esteja fora do prazo de validade.
- 26 De acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de trabalhadores que se expõem diariamente a organofosforados, com o objetivo de controlar a existência de contaminação, estes devem ser submetidos a exames de
- (A) urina.
  - (B) capacidade respiratória.
  - (C) sangue.
  - (D) saliva.
  - (E) prova cardiológica.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 27 Em edificações, os andares acima do solo devem dispor de proteção adequada contra quedas. Essas proteções devem atender a
- (A) normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
  - (B) normas do corpo de bombeiros.
  - (C) normas técnicas e legislações municipais.
  - (D) legislações municipais e normas da ABNT.
  - (E) somente parte das normas estaduais.
- 28 Na avaliação preliminar da exposição à vibração, deve(m) ser considerados (a)(s) também,
- (A) o nível de aceleração exigido por lei.
  - (B) a vigilância à saúde focada nos efeitos da vibração.
  - (C) a dose a que o trabalhador está exposto.
  - (D) os esforços físicos e aspectos posturais.
  - (E) somente a vibração de corpo inteiro (VCI).
- 29 O aterramento das instalações elétricas deve ser executado conforme regulamentação estabelecida pelos órgãos competentes. Entretanto, na ausência de regulamentação, devem ser atendidas as normas
- (A) da Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais (ABHO).
  - (B) internacionais vigentes.
  - (C) da Organização Internacional do Trabalho.
  - (D) da prefeitura.
  - (E) estaduais vigentes.
- 30 Na movimentação de chapas de mármore utilizando-se cabos de aço, deve-se considerar a sustentação destas e a capacidade de carga do equipamento de içar, de acordo com as especificações
- (A) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
  - (B) da Norma Regulamentadora 12.
  - (C) técnicas e recomendações do fabricante.
  - (D) da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
  - (E) técnicas e recomendações da Associação Brasileira de Higiene Ocupacional (ABHO).
- 31 Os respiradores purificadores de ar, dependentes da atmosfera ambiente, podem ter
- (A) filtro químico e combinado.
  - (B) não precisam de filtro.
  - (C) filtro contínuo.
  - (D) filtro de demanda.
  - (E) filtro de demanda com pressão positiva.
- 32 De acordo com a norma específica, é/são considerado(a)(s) trabalho em altura
- (A) as atividades realizadas a dois metros do nível inferior com risco de doença ocupacional.
  - (B) as atividades realizadas a dois metros do nível inferior com risco de queda.
  - (C) as atividades realizadas a cinco metros do solo com risco de doença ocupacional e queda ao mesmo tempo.
  - (D) qualquer trabalho acima de 1,5m, independente das consequências.
  - (E) somente os trabalhos em que o trabalhador deve usar cinto de segurança.
- 33 De acordo com a NR-9, todo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) deve elaborar
- (A) FMEA (Análise de Modo e Efeito de Falha).
  - (B) APR (Análise Preliminar de Riscos).
  - (C) PCMSO (Plano de Controle Médico de Saúde Ocupacional).
  - (D) plano de emergência.
  - (E) plano de contingência.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 34 Nas janelas das instalações sanitárias, a parte inferior dos caixilhos deverá se situar, a partir do piso, no mínimo, à altura de
- (A) 1 metro.
  - (B) 1,5m.
  - (C) 1,75m.
  - (D) 2m.
  - (E) 2,5m.
- 35 Uma das maneiras de reduzir ou eliminar os riscos existentes no ambiente de trabalho é
- (A) por meio da substituição de produtos.
  - (B) estabelecendo o aumento do limite de tolerância dos agentes.
  - (C) utilizando normas internacionais.
  - (D) adotando Equipamento de Proteção Individual Combinado.
  - (E) por meio da elaboração do programa PPEOB (Programa de Proteção à Exposição Ocupacional ao Benzeno).
- 36 Uma das consequências da exposição à vibração excessiva é a síndrome
- (A) do pânico.
  - (B) de Burnout.
  - (C) do dedo em garra.
  - (D) do dedo branco.
  - (E) do dedo do túnel do carpo.
- 37 Manter cola e solventes em recipientes fechados e seguros é uma das exigências para o trabalho
- (A) na indústria da construção.
  - (B) na indústria alimentícia.
  - (C) a céu aberto.
  - (D) que envolve risco de lesão por esforços repetitivos.
  - (E) que envolve riscos de queda.
- 38 Os sistemas de controle e segurança das caldeiras e dos vasos de pressão devem ser submetidos à manutenção
- (A) corretiva ou preventiva.
  - (B) corretiva ou preditiva.
  - (C) preventiva ou preditiva.
  - (D) periódica de cinco em cinco anos.
  - (E) somente quando do PH (profissional habilitado) achar necessário.
- 39 Em uma exposição a agentes químicos, a dose/concentração necessária para produzir dano no organismo do trabalhador depende
- (A) de diversos fatores, incluindo as propriedades físico-químicas das substâncias.
  - (B) do tipo de treinamento do trabalhador.
  - (C) da qualidade do ar ambiente.
  - (D) das propriedades físicas, pois as propriedades químicas podem ser desconsideradas.
  - (E) das propriedades químicas, pois as propriedades físicas podem ser desconsideradas.
- 40 Os produtos químicos utilizados no local de trabalho devem ser classificados quanto aos perigos para a segurança e a saúde do trabalhador, de acordo com os critérios da(o)
- (A) *American Conference of Governmental Industrial Hygienists* (ACGIH).
  - (B) Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais (ABHO).
  - (C) Organização Internacional do Trabalho (OIT).
  - (D) Sistema Globalmente Harmonizado (GHS).
  - (E) Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA).

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 41 Em trabalhos na agricultura, o empregador deve adotar medidas de avaliação e gestão de riscos na seguinte ordem:
- (A) redução dos riscos, eliminação, adoção de medidas de proteção pessoal e controle.
  - (B) redução dos riscos, medidas de proteção pessoal, controle e eliminação.
  - (C) eliminação, controle, redução dos riscos e adoção de medidas de proteção pessoal.
  - (D) eliminação, controle, medidas de proteção pessoal e redução dos riscos.
  - (E) controle, redução dos riscos, medida de proteção pessoal e eliminação.
- 42 De acordo com as normas regulamentadoras vigentes, o valor máximo da dose de ruído a que o trabalhador deve ficar exposto é de
- (A) 50%.
  - (B) 80%.
  - (C) 100%.
  - (D) 120%, desde que o protetor auditivo tenha um NRsf maior que 1 e menor que 6.
  - (E) 120%, desde que o protetor auditivo possua NRsf igual a 20 dB.
- 43 Entre os fatores de risco que podem dar origem a Lesões por Esforços Repetitivos - Distúrbios Osteomusculares Relativos ao Trabalho (LER-DORT), encontram-se
- (A) iluminação precária, bactérias e frio excessivo.
  - (B) invariabilidade da tarefa, ruído excessivo e presença de vírus.
  - (C) invariabilidade da tarefa, carga estática e exigências cognitivas.
  - (D) ruído excessivo, exigências cognitivas e agentes químicos.
  - (E) presença de vírus, carga estática e presença de químicos diversos.
- 44 A umidade do ar é geralmente medida com
- (A) termômetro de bulbo seco.
  - (B) barômetro.
  - (C) psicrômetro.
  - (D) luxímetro de umidade.
  - (E) termômetro de radiação.
- 45 O valor do nível de ação para ruídos é
- (A) 75 dB(A).
  - (B) 80 dB(A).
  - (C) 85 dB(A).
  - (D) 90 dB(A).
  - (E) 60 dB(A).